

Editorial vol. 39 n. 1

Contextualizando o Trabalho em Plataformas

Rafael Grohmann¹

Jack Qiu²

A área de estudos denominada trabalho digital surge na pesquisa em comunicação no início da década de 2010, especialmente com a coletânea organizada por Trebor Scholz (2012). No fim de março de 2020, segundo o Google Scholar, havia, no mínimo, 9430 artigos com a expressão em inglês. Na primeira metade da década, os debates centrais eram sobre o trabalho gratuito de usuários nas mídias sociais e nos games como *free labor* e a pertinência ou não da exploração como categoria de análise (FUCHS, 2014; HUWS, 2014; BOLAÑO e VIEIRA, 2015).

Desde então, o crescimento exponencial de consumo e trabalho em plataformas de transporte e entrega tem levado acadêmicos, ativistas e sociedade civil a discutir fenômenos denominados como uberização ou plataformação do trabalho. Alguns dos temas emergentes são: trabalho e inteligência artificial (incluindo os trabalhadores por trás das plataformas de IA), processos produtivos dos trabalhadores das plataformas, cooperativismo de plataforma e mecanismos de pressão para assegurar trabalho decente nas plataformas (CASILLI, 2019; VAN DOORN, 2017; ROBERTS, 2019; CANT, 2019; WOODCOCK e GRAHAM, 2019).

Quando falamos em trabalho digital, nos referimos mais a uma área ampla de estudos do que a uma categoria de análise fechada, pois trabalho é uma atividade humana. Na literatura, observamos duas perspectivas principais na tentativa de apreender esta ideia. Em primeiro lugar, em um sentido mais amplo, há a concepção de que muitas atividades de trabalho nas cadeias globais de valor apresentam algum componente digital – desde o trabalho de mineração no Leste do Congo extraíndo minérios preciosos até o trabalho na linha de montagem chinesa na Foxconn para produção de celulares, passando pelo trabalho de designers *high-tech* no Vale do Silício. De acordo com Fuchs (2013, p. 1), “há uma complexa divisão global do trabalho digital que conecta e articula várias formas de forças produtivas, modos de produção e suas variantes dentro do modo de produção capitalista dominante”. Assim, há muitos trabalhadores que se relacionam, de uma maneira ou de outra, com contextos digitais ao longo do circuito do trabalho (QIU, CRAWFORD e GREGG, 2014). Fuchs e Sandoval (2014) chegam a uma tipologia de 1728 possibilidades de atividades de trabalho com algum componente digital.

A segunda definição é complementar, porém mais restrita: é o trabalho mediado, organizado e governado por plataformas digitais, no sentido de Van Doorn (2017) e Casilli (2019). Isso significa considerar as atividades de trabalho que são mediadas por plataformas digitais e como são as condições de trabalho dessas pessoas. A isso podemos nomear como trabalho em plataformas.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Editor da newsletter DigiLabour. E-mail: rafaelgrohmann@unisinos.br

² Professor da Escola de Jornalismo e Comunicação da Chinese University of Hong Kong (CUHK). Autor do livro Goodbye iSlave. E-mail: jacklqiu@cuhk.edu.hk

E o que são plataformas? Infraestruturas digitais estruturadas por dados, organizadas por algoritmos e governadas por relações de propriedade, com normas e valores inscritos em seus desenhos (VAN DIJCK, POELL e DE WAAL, 2018; SRNICEK, 2016). Os modos como elas funcionam/trabalham dependem de dados, algoritmos, gestão algorítmica e vigilância (MÖHLMANN e ZALMANSON, 2017), cada uma delas dependente de várias formas de trabalho vivo, com distintas maneiras de extração de valor.

Casilli (2019), por exemplo, traz a importância de considerar valor de qualificação, monetização e automação. Para Sadowski (2020), as plataformas se relacionam ao capitalismo rentista a partir de mecanismos como extração de dados (inclusive como forma de capital), cercamento digital e convergência de capital, reconfigurando processos de produção, circulação e consumo. Há, então, o trabalho em plataformas e os modos de extração de valor das plataformas a partir da Internet dos Senhores de Terra (SADOWSKI, 2020), que utiliza seus mecanismos para flexibilizar força de trabalho e oferecer serviços escaláveis (SRNICEK, 2016).

E o que isso interessa à pesquisa em comunicação? Em primeiro lugar, não há trabalho sem comunicação enquanto práticas materiais (FUCHS, 2018; FIGARO, 2018). Os processos comunicacionais estruturam e organizam as relações de trabalho. Como afirma Williams (2011, p. 69), “a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social”. Desta forma, seguindo Williams (2011), as plataformas são, ao mesmo tempo, meios de produção e meios de comunicação. Enquanto infraestruturas digitais e condições básicas para o trabalho em plataformas (WOODCOCK e GRAHAM, 2019), elas são desenhadas para determinadas formas de interação em detrimento de outras. Podem facilitar, por exemplo, a relação consumidor-trabalhador em detrimento das relações entre trabalhadores. Ou seja, plataformas podem ser projetadas para a desorganização dos trabalhadores. Contudo, argumentamos, por meio deste dossiê, que as coisas podem ser de outra maneira e que é possível um mundo melhor em relação às plataformas.

As plataformas são, então, os meios de organização das atividades de trabalho e de comunicação, apresentando-se como formas organizacionais, que também são políticas (FENTON, 2016). Mecanismos das plataformas, como gestão algorítmica do trabalho, extração de dados e vigilância automatizada configuram-se, pois, como processos comunicacionais (COULDRY e MEJIAS, 2019; ANDREJEVIC, 2019). Enquanto meios de comunicação e produção, as plataformas também contribuem para a aceleração da produção e circulação do capital, como Marx (2011) já alertava nos *Grundrisse* em relação ao papel dos meios de comunicação e transporte, reforçando o papel da comunicação na circulação do capital.

A crescente dependência das plataformas, com seus mecanismos e lógicas, para conseguir e/ou manter atividades de trabalho tem sido chamada de plataformação do trabalho (CASILLI e POSADA, 2019). Junto a essa dependência, esse processo é uma soma de dataficação (COULDRY e HEPP, 2017; COULDRY e MEJIAS, 2019; CHEN e QIU, 2019) e financeirização (GROHMANN, 2019), embasado por uma racionalidade empreendedora (DARDOT e LAVAL, 2016). Desta forma, a plataformação reconfigura o mundo do trabalho a partir de uma crescente *taskificação* das atividades, assim como ocorre na Amazon Mechanical Turk. Isso nos leva a algumas perguntas: quais transformações ocorrem na vida dos trabalhadores quando suas atividades de trabalho passam ser mais dependentes de mecanismos e lógicas das plataformas digitais (como gestão algorítmica, ranqueamento, extração de dados, entre outros)? Como a plataformação do trabalho reestrutura os processos produtivos e comunicacionais?

Colocar a plataformação em destaque significa evidenciar que não há somente um tipo de plataforma. A partir de Woodcock e Graham (2019) e Schmidt (2017), podemos classificar as plataformas de trabalho em: a) plataformas que dependem de uma localização específica e transportam pessoas (como Uber) e coisas (como Deliveroo e iFood); b) plataformas de microtrabalho cujos trabalhadores treinam dados para inteligência artificial, como Amazon Mechanical e Appen, e os que exercem atividades de moderação comercial de conteúdo para empresas de mídias sociais; e c) plataformas de

trabalho *freelance*, tais como 99Designs, WeDoLogos e GetNinjas. As primeiras são as mais conhecidas por serem destaque na cobertura midiática e reestruturarem os espaços urbanos a partir de suas atividades de trabalho nas plataformas. As plataformas de microtrabalho são mais invisíveis e refletem o chamado trabalho fantasma (GRAY e SURI, 2019) atrás das telas (ROBERTS, 2019) como o segredo por trás da automação (CASILLI, 2019). Já as plataformas de trabalho *freelance* dão a ver uma generalização da plataformização das mais variadas atividades de trabalho. Na plataforma brasileira Helpie, por exemplo, há a possibilidade de solicitar serviços de eletricitistas, faxineiras, programadores, designers, professores, assessores de imprensa, DJs e cosplays.

Se há diversidade de plataformas, também existe uma heterogeneidade de trabalhadores que correm o risco de ficar invisíveis a partir da mesma etiqueta, trabalho digital (ABDELNOUR e MEDA, 2019). Há marcadores de raça, gênero e classe no trabalho em plataformas digitais, o que significa dizer que a plataformização não afeta a todos da mesma forma. Para Van Doorn (2017, p. 908), a desigualdade é uma característica e não um *bug* do trabalho em plataformas, permanecendo “completamente incorporado a um mundo criado pela forma-valor capitalista, que depende da subordinação de trabalhadores de baixa renda racializados e generificados”, apesar dos discursos pós-raciais e neutros em termos de gênero por parte das plataformas.

Isso significa que há uma intensificação de desigualdades a partir da plataformização do trabalho. Algumas pesquisas que tratam de raça em suas intersecções com classe e gênero no trabalho digital são as de Amrute (2016), Benjamin (2019) e Noble e Roberts (2019). A investigação de Noble e Roberts, por exemplo, revela como as elites tecnológicas do Vale do Silício trabalham para esconder as inscrições racistas em seus produtos e nas relações de trabalho em suas empresas. Há também a investigação de Lukács (2020) sobre como o trabalho não pago ou mal pago de mulheres em plataformas no Japão é o que estrutura a economia digital no país.

Além de raça, classe e gênero, há outras importantes dimensões no trabalho em plataformas, como as temporalidades e espacialidades do trabalho digital, enquanto fatores que impactam nas condições de trabalho. As temporalidades são marcadas desde o desenho das plataformas, como uma cristalização da cultura de seus criadores, em busca de aceleração do tempo e otimização da produtividade (WAJCMAN, 2015; 2019), auxiliadas por uma gamificação vista de cima (WOODCOCK e JOHNSON, 2018), o que se reflete nas percepções dos trabalhadores sobre tempo de trabalho e tempo de vida.

As espacialidades envolvem as múltiplas dimensões de locais em que os trabalhadores estão inseridos para executar suas atividades de trabalho. Em uma dimensão, é necessário entender quais são os espaços concretos de trabalho: ao redor de toda a cidade? Em casa? Em quais condições? Roberts (2019), por exemplo, mostra que os moderadores comerciais de conteúdo das mídias sociais podem trabalhar em call centers ou em uma agência boutique de publicidade.

Já a concretude espacial do trabalho em plataformas relaciona-se a aspectos mais amplos, envoltos em uma geopolítica global do trabalho digital, (FUCHS e SANDOVAL, 2014; GRAHAM e ANWAR, 2019), abarcando demanda e oferta de trabalho. Segundo o Online Labour Index (OLI), da Universidade de Oxford, o maior empregador de tarefas *freelance* online são os Estados Unidos e a maior parte dos trabalhadores *freelance* online é proveniente da Índia, a maioria (59,8%) no setor de tecnologia e software. Isso significa que há dinâmicas diferentes de trabalho em plataformas no Norte e no Sul, e que, por sua vez, são afetadas por relações de raça, classe e gênero.

Contextualizar a geopolítica do trabalho em plataformas também significa compreender os diferentes sentidos de trabalho nas economias locais, e que a Europa e a América do Norte não são o padrão. No Brasil, por exemplo, o *gig work* é, historicamente, a norma, não a exceção. Desta forma, há também uma geopolítica dos estudos sobre trabalho digital, e é preciso compreender os cenários de países como Brasil (ABÍLIO, 2020), Filipinas (SORIANO e CABANES, 2019), China (CHEN e QIU, 2019), Índia (IRANI, 2019) e África do Sul (ANWAR e GRAHAM, 2020).

Até o momento, não foi dada atenção suficiente à análise do trabalho em plataformas no mundo chamado majoritário. O dossiê do Chinese Journal of Communication (CJC) sobre a plataformaização da sociedade chinesa (v. 12, n. 3) pode ser considerado uma exceção, mas a questão do trabalho é apenas um dos vários conceitos abordados, como infraestrutura, modelos de negócios, regulamentação e gênero. Mais importante ainda, a China – não seu povo ou a sociedade como um todo, mas sua nova geração de plataformas corporativas – mudou-se para a metrópole, longe do Sul Global. Portanto, embora o trabalho seja central em alguns artigos (por exemplo, SUN, 2019; CHEN e QIU, 2019), no geral, esta é uma preocupação secundária no dossiê da revista chinesa.

A insuficiência da análise do trabalho em plataformas no Sul Global significa que, muitas vezes, erroneamente, se supõe que os padrões do Norte também existiriam na América Latina, na África e em regiões em desenvolvimento da Ásia, como se a precariedade do trabalho fosse um fenômeno novo, como se houvesse uma classe trabalhadora média estável que deveria ser chamada com mais precisão de aristocracia trabalhista. Mas, na realidade, a situação não pode ser mais diferente, dadas as estruturas da desigualdade global de longa data entre metrópole e periferia, além da deterioração das condições de emprego no Sul Global.

Para contextualizar este dossiê da revista Contracampo com nossas raízes no mundo majoritário, gostaríamos de destacar três características básicas que condicionam o trabalho em plataformas no Sul. Primeiramente, os legados da economia informal (PORTES, CASTELLS e BENTON, 1989) que prevalecem além da regulamentação governamental, enquanto também formam complexas relações patrão-cliente com o aparato estatal. Do sudeste asiático à África e à América Latina, o setor informal e não regulamentado costuma empregar a maioria da força de trabalho. Por exemplo, [79% da força de trabalho do Vietnã](#) é de trabalhadores informais, o que significa que seus empregos são irregulares, com péssimas condições de trabalho e renda flutuante. No Sul Global, a precariedade é um estado cotidiano de trabalho muito antes da disseminação das TICs. Embora a plataformaização possa trazer um ressurgimento da economia informal, para a classe trabalhadora no mundo majoritário a precariedade não é novidade, e ela estão aplicando suas estratégias de resiliência de longa data vindas do passado, acrescentando táticas novas e digitais.

Escrevendo no meio do surto de Covid-19, temos plena consciência de que o mundo está enfrentando tremendas perturbações econômicas devido à pandemia. Medidas preventivas, como trabalho remoto e distanciamento social, estão devastando a economia, Norte ou Sul, formal ou informal. Embora em setores de plataformas o cenário seja desigual, com certos tipos de trabalho sendo, em dimensão econômica, temporariamente menos afetados (por exemplo, entrega de comida) do que outros (por exemplo, aplicativos de carona), as condições gerais do trabalho em plataformas em um futuro próximo apenas se deteriorarão, especialmente em países em desenvolvimento com altas taxas de desemprego e previdência social quebrada. No entanto, não devemos ser desesperançosos, porque, para os trabalhadores do Sul global, esse desafio que se coloca agora não é inédito. Nem é o fim do mundo. As formas consagradas de resiliência coletiva, incorporadas em famílias, comunidades, sindicatos, cooperativas e redes de trabalhadores online ou offline também estão sendo ativadas pela crise. No enfrentamento da gravidade da recessão e seus danos socioeconômicos, acreditamos que é provável que o trabalho em plataformas encontre seus caminhos em direção à sobrevivência, à força e à solidariedade, como nas crises passadas, algumas das quais estão registradas neste dossiê. Isso significa que é imperativo que vejamos a economia informal não apenas como contextos históricos ou impedimentos ao bem-estar dos trabalhadores, mas também como um repertório estratégico-chave a partir do qual o trabalho em plataformas pode atrair recursos tangíveis e lições gerais de lutas anteriores e contínuas no mundo majoritário.

Em segundo lugar, o Sul Global tornou-se muito mais diferenciado internamente nas últimas décadas. Alguns países como Brasil, China e outros do BRICS têm mais formação de capital doméstico e receberam mais investimento estrangeiro direto (IED) do que todos os outros países em desenvolvimento

juntos. O aglomerado no leste asiático é particularmente digno de nota, pois as capitais de Japão, Coreia do Sul e Taiwan, juntamente com o IED do Ocidente, se fundiram com a ascensão da China continental como o que Lee (2018) classifica enquanto uma nova superpotência da inteligência artificial. As gigantes empresas tecnológicas chinesas, como TikTok, Huawei e Didi, agora podem servir como contrapesos a YouTube, Cisco e Uber, competindo com o Vale do Silício não apenas por meio da rivalidade transpácífica, mas também globalmente por meio de investimentos e aquisições na América Latina, África e Europa. Isso é mais do que uma competição intercapitalista, pois a China implementou um forte modelo estatista na governança de suas plataformas e Pequim ainda carrega a bandeira vermelha do chamado socialismo com características chinesas. A relação capital-trabalho nos gigantes da área de tecnologia da China permanece volátil (WEN, no prelo). O mesmo vale para novas plataformas corporativas no Sul global, com ou sem investimento da China ou dos Estados Unidos.

Em terceiro lugar, movimentos trabalhistas no Sul Global, em alguma medida, se baseiam diretamente em lutas pós-coloniais, descoloniais e anti-imperialistas, o que é completamente diferente do ativismo trabalhista dentro das chamadas metrópoles. As tradições revolucionárias, por mais diversas que sejam, fornecem bases férteis para a resistência no mundo do trabalho e a consciência de classe em contexto de plataformas digitais, quando os trabalhadores precisam se imaginar não apenas como empreendedores ou consumidores neoliberais, mas como cidadãos de uma nação independente, membros de um movimento cultural, ou ativistas com consciência de classe lutando por democracia econômica e justiça social. Aqui, no entanto, também se escondem os perigos da condição pós-colonial, quando o anti-imperialismo é renomeado como nacionalismo, racismo, conservadorismo religioso ou cultural, além de justificativas para um regime autoritário. É comum observar, por exemplo, que os motoristas de aplicativos brasileiros tendem a apoiar o governo Jair Bolsonaro, assim como acontece com Rodrigo Duterte (Filipinas), Narendra Modi (Índia) e Recep Erdogan (Turquia), que possuem popularidade entre os trabalhadores das plataformas de seus respectivos países, apesar de suas políticas racistas e autocráticas.

A partir dos três pontos acima, consideramos que mesmo alternativas ao cenário atual do trabalho digital, como mecanismos de regulação, organização de trabalhadores das plataformas e cooperativismo de plataforma (GROHMANN, 2020), precisam ser compreendidas à luz das condições e contradições dos diferentes lugares. Não basta somente aplicar uma lei da Califórnia ou implementar modelos preexistentes importados do Norte Global. As lutas dos trabalhadores estão em circulação ao redor do mundo, mas com seus diferentes contextos. É preciso, então, pensar no trabalho em plataformas a partir de baixo (ENGLERT, WOODCOCK e CANT, 2020).

Os legados e o ressurgimento da economia informal, as novas formações de capital e as contradições dentro da condição pós-colonial: estes são eixos fundamentais para a compreensão do trabalho em plataformas no Sul Global, que deve ser historicizado e enraizado nas lutas contínuas dos despossuídos, tanto com seus potenciais revolucionários quanto com suas armadilhas regressivas, não apenas nos domínios do mercado e do capital, mas também em relação ao Estado, à sociedade civil, aos movimentos trabalhistas e às políticas culturais. Se estivermos certos de que a maioria das lutas envolvidas no trabalho em plataformas ocorrerá principalmente no Sul, então – *lotta continua!* – o sucesso de nossa análise neste dossiê na revista Contracampo depende de nossa capacidade de recontextualizar o passado e o presente a partir das perspectivas do Sul e de trabalhar em direção a uma nova teoria do Sul (CONNELL, 2007) como uma práxis orgânica rumo a formas mais diversas e dinâmicas de resistência em relação ao trabalho em contexto de plataformação.

O dossiê, desdobrado em dois volumes, reforça o protagonismo da área de comunicação em tomar as rédeas de temas contemporâneos, como um lugar de articulação de saberes. Abrimos o primeiro volume com a contribuição de Ludmila Costhek Abilio (Unicamp), a primeira pesquisadora a falar sobre uberização do trabalho no Brasil. Abilio considera a uberização uma apropriação produtiva e monopolizada

pelas plataformas dos modos de viver das periferias, com questões de gênero, raça e classe, a partir de um olhar do Sul Global, colocando como central o gerenciamento algorítmico.

Em seguida, Vitor Filgueiras (UFBA) e Ricardo Antunes (Unicamp) afirmam que o trabalho em plataformas é uma forma de regulação do capitalismo em prol das empresas a partir da análise de narrativas das corporações e suas exigências. Defendem que tecnicamente nunca foi tão fácil regular o trabalho, mas que é uma luta política, e afirmam que a precarização deve ser entendida como um processo, não como algo estático.

As lutas dos trabalhadores das plataformas envolvem organização coletiva e também busca por outras formas de organização do trabalho., Bruno Moreschi (USP), Gabriel Pereira (Universidade de Aarhus) e Fábio Cozman (USP) traçam um perfil dos trabalhadores brasileiros da Amazon Mechanical Turk, plataforma de microtrabalho para treinar dados para inteligência artificial, mostrando a mistura entre o “fantoche da automação” e a intensificação da viração por meio de plataformas digitais. Mostram também como as mídias digitais atuam com centralidade na comunicação e auto-organização dos trabalhadores, mobilizando lutas por mudanças na plataforma.

O cooperativismo de plataforma e os sindicatos em contexto de plataformas são o tema do artigo de Aina Fernández (Universitat Pompeu Fabra) e Maria Soliña Barreiro (Universidade de Santiago de Compostela) sobre os casos Riders x Derechos e Mensakas na cidade de Barcelona, enfatizando estratégias midiáticas de organização dos trabalhadores para autogestão em contexto de plataformas. As autoras enfatizam as possibilidades de reapropriações tecnológicas para espalhar discursos alternativos à ideologia do Vale do Silício.

A primeira parte do dossiê encerra com duas contribuições mostrando a centralidade dos processos comunicacionais no trabalho em plataformas digitais. Roseli Figaro (USP) e Ana Flávia Marques (USP) analisam como a comunicação é uma forma de trabalho no capitalismo de plataforma a partir de arranjos jornalísticos alternativos, como Jornalistas Livres, Opera Mundi e Agência Pressenza, enfatizando os espaços digitais de trabalho.

Claudia Nociolini Rebecchi (UTFPR) e Geraldo Augusto Pinto (UTFPR) debatem sobre o papel da comunicação, inclusive como prescrição, nos processos de organização do trabalho desde a lean manufacturing até a smart factory a partir do contexto de indústria 4.0. A lógica do trabalho digital, segundo os autores, misturam desenvolvimento de tecnologias e organização e exploração do trabalho com um campo simbólico e ideológico cujas narrativas estruturam o capitalismo de plataforma.

A sessão dedicada às Temáticas Livres reúne pesquisas com diversificados e ricos debates políticos. O artigo “‘É de confiar desconfiando’: tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia” abre a sessão com uma análise de plataformas digitais voltadas ao ativismo pró-LGBT para entender o papel desses espaços nas ações ativistas. O trabalho seguinte, “O Projeto Escola Sem Partido tem partido?: debate político nas redes sociais” se debruça sobre ambientes digitais contrários ao Projeto Escola Sem Partido e faz um mapeamento do coletivo MBL para entender como esses ambientes se instituem politicamente. Ainda nessa linha, o artigo “Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento” propõe uma análise de imagens divulgadas pelo Movimento Brasil Livre nas redes sociais para refletir sobre os limites das lutas simbólicas por reconhecimento. O quarto artigo da sessão, “A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo”, faz uma análise de publicações feitas pela Folha de S. Paulo sobre as manifestações de 2013 e sobre o movimento pró-impeachment de 2015. Finalmente, “A relevância da crônica para o projeto de escrita de Luiz Ruffato: formação da autoridade sobre uma temática específica” analisa crônicas de Ruffato publicadas no jornal El País como forma de entender as nuances e complexidades desse material no contexto da produção cultural brasileira.

Referências

- ABDELNOUR, Sarah; MEDA, Dominique (Orgs.). **Les nouveaux travailleurs des applis**. Paris: PUF, 2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 12-26, 2020.
- AMRUTE, Sareeta. **Encoding race, encoding class: Indian IT workers in Berlin**. Durham, NC: Duke University Press, 2016.
- ANDREJEVIC, Mark. Automating surveillance. **Surveillance and Society**, v. 17, n. 1-2, p. 7-13, 2019.
- ANWAR, Mohammad; GRAHAM, Mark. Between a rock and a hard place: Freedom, flexibility, precarity, and vulnerability in the gig economy in Africa. **Competition & Change**, Online First, 2020.
- BENJAMIN, Ruha (Org.). **Captivating technology: Race, carceral technoscience, and liberatory imagination in everyday life**. Durham, NC: Duke University Press, 2019.
- BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy. The political economy of the Internet: Social networking sites and a reply to Fuchs. **Television & New Media**, v. 16, n. 1, p. 52-61, 2015.
- CANT, Callum. **Riding for Deliveroo: Resistance in the New Economy**. London: Polity, 2019.
- CASILLI, Antonio. **En attendant les robots: Enquête sur le travail du clic**. Paris: Seuil, 2019.
- CASILLI, Antonio; POSADA, Julián. The Platformization of Labor and Society. In: GRAHAM, Mark; DUTTON, William (org.). **Society and the Internet**. Oxford: OUP, 2019, p. 293-306.
- CHEN, Julie; QIU, Jack. Digital utility: Datafication, regulation, labor, and Didi's platformization of urban transport in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n.3, p. 274-289, 2019.
- CONNELL, Raewyn. **Southern theory: Social science and the global dynamics of knowledge**. London: Polity, 2007.
- COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- COULDRY, Nick; Mejias, Ulises. Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- ENGLERT, Sai; WOODCOCK, Jamie; CANT, Callum. Digital workerism: Technology, platforms, and the circulation of workers' struggles. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 18, n. 1, p. 132-145, 2020.
- FENTON, Natalie. **Digital, political, radical**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: Implicações teórico-metodológicas. **Galáxia**, n. 39, p. 177-189, set./dez. 2018.
- FUCHS, Christian. Theorising and analysing digital labour: From global value chains to modes of production. **The Political Economy of Communication**, v.1, n. 2, p. 3-27, 2013.
- FUCHS, Christian. **Digital labour and Karl Marx**. London: Routledge, 2014.
- FUCHS, Christian. Karl Marx & communication @ 200: Towards a Marxian theory of communication. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 16, n. 2, p. 518-534, 2018.

FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. Digital workers of the world unite! A framework for critically theorizing and analyzing digital labour. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 12, n. 2, p. 486-563, 2014.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad. The global gig economy: Towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, apr. 2019.

GRAY, Mary; SURI, Siddharta. **Ghost work**: How to stop Silicon Valley from building a new global underclass. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.

GROHMANN, Rafael. Financeirização, mediação e dataficação como sínteses sociais. **Inmediaciones de la Comunicación**, v. 14, n. 2, p. 97-117, 2019.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **EPTIC**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy**: The cybertariat comes of age. New York: Monthly Review Press, 2014.

IRANI, Lilly. **Chasing innovation**: Making entrepreneurial citizens in modern India. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2019.

LEE, Kai-Fu. **AI superpower**: China, Silicon Valley and the New World Order. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

LUKÁCS, Gabriella. **Invisibility by design**: Women and labor in Japan's digital economy. Durham, NC: Duke University Press, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hand on the Wheel: navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy. **Anais do International Conference on Information Systems (ICIS)**, COEX Convention Center, Seul, 10 a 13 de dezembro de 2017.

NOBLE, Safiya; ROBERTS, Sarah. Technological elites, the meritocracy, and postracial myths in Silicon Valley. *In*: MUKHERJEE, Roopali; Banet-Weiser, Sarah; GRAY, Herman (Eds.). **Racism postrace**. Durham, NC: Duke University Press, 2019. p. 113-133.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (Orgs.). **The informal economy**: Studies in advanced and less developed countries. Baltimore, MA: John Hopkins University Press, 1989.

QIU, Jack; GREGG, Melissa; CRAWFORD, Kate. Circuits of labour: A labour theory of the iPhone era. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique**, v. 12, n. 2, p. 564-581, 2014.

ROBERTS, Sarah. **Behind the screen**: Content moderation in the shadows of social media. New Haven: Yale University Press, 2019.

SADOWSKI, Jathan. The internet of the landlords: Digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, v. 52, n. 2, p. 562-580, 2020.

SCHMIDT, Florian Alexander. **Digital labour markets in the platform economy**: Mapping the political challenges of crowd work and gig work. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2017.

Scholz, Trebor (Org.). **Digital labor**: The Internet as factory and playground. New York: Routledge, 2012.

SORIANO, Cheryll; CABANES, Jason. Between 'world class work' and 'proletarianised labor': Digital labor imaginaries in the Global South. *In*: POLSON, Erika; SCHOFIELD CLARK, Lynn; GAJJALA, Radhika (Eds.). **Routledge Companion to Media and Class**. New York: Routledge, 2019.

SRNICEK, Nick **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

SUN, Ping. Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n. 3, p. 308-323, 2019.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society**. New York: Oxford, 2018.

VAN DOORN, Niels. Platform Labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.

WAJCMAN, Judy. **Pressed for time**: The acceleration of life in digital capitalism. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

WAJCMAN, Judy. How Silicon Valley sets time. **New Media & Society**, v. 21, n. 6, p. 1-18, 2019.

WEN, Yun. **The Huawei model**: The rise of China's technology giant. Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press, no prelo.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **The gig economy**: A critical introduction. Cambridge: Polity, 2019.

WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark. Gamification: What it is, and how to fight it. **The Sociological Review**, v. 66, n. 3, p. 542-558, 2017.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Thaiane Oliveira (UFF)
Ângela Pryshton (UFPE)

Editores-executivos

Luana Inocência (coordenadora)
Caio Melo
Gabriel Ferreirinho
Lucineide Magalhães
Matheus Bibiano
Paula Fernandes
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Barros
Beatriz Medeiros
Rodrigo Quinan

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Jessika Medeiros

Projeto gráfico / Diagramação

Érica Ribeiro (coordenadora)

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Camilla Quesada Tavares
Daniela Mazur
Ícaro Joathan

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)
Lucas Bragança
Nayara Amaral